

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

### ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas dez horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Verificou-se a presença do eleito José Joaquim Reboredo Almendra, sendo-lhe conferida posse como membro desta Assembleia. -----

----- Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se à chamada dos Senhores Deputados Municipais, verificando-se a ausência da Deputada Maria Manuel Rocha Cunha Silva. -----

----- Justificou dentro do prazo legalmente estabelecido o Senhor Deputado Municipal José Joaquim Reboredo Almendra, relativamente à primeira sessão da Assembleia Municipal de vinte e dois de fevereiro de dois mil e catorze. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

### EVOCAÇÃO DO “25 DE ABRIL DE 1974”

#### INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MÁRIO LEGOÍNHA – BANCADA DO PS:

----- *“Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e Secretários -----*

----- *Exmo. Sr. Presidente da Câmara e restante Executivo Municipal; -----*

----- *Exmos. Srs. Deputados Municipais; -----*

----- *Digníssimo público; -----*

----- *Hoje assinalam-se 40 anos desde que foi possível devolver a liberdade ao povo. Como há 40 anos hoje envergamos um cravo, trocamos as espingardas pela lapela do casaco, mas com o mesmo propósito a igualdade. -----*

----- *Nestes 40 anos inúmeras transformações aconteceram que permitiram o desenvolvimento em diversas áreas de um país que até então vivia na opressão, na miséria e na desvalorização da condição humana. -----*

----- *Podem entender que sou muito novo para poder evocar o 25 de Abril. Talvez, mas a realidade atual, que eu vivo, só é possível porque aconteceu abril. Foi possível criar uma rede de ensino que pudesse abranger todos os jovens, foi possível criar serviços de saúde que proporcionam apoio a todos, foi valorizada a condição da mulher, foram criados códigos laborais, sindicatos entre outros. Tudo isto contribui para minimizar as desigualdades catastróficas que existiam até então valorizando a condição da vida humana. -----*

----- *Chegado aos dias de hoje abril faz ainda mais sentido, pois todos os dias na comunicação social, que hoje é livre, vemos mais desemprego, mais miséria, mais desigualdades, mais imigração. -----*

----- *Hoje todos nós temos uma voz ativa na sociedade, uma voz que precisa de ser ouvida para que hoje, tal como em abril, possamos continuar a lutar pelos nossos direitos, direitos conferidos por um estado democrático nas áreas da saúde, educação, solidariedade e habitação. -----*

----- *Atualmente somos nossos responsáveis pela democratização do estado pela defesa dos nossos direitos, e como tal, não podemos continuar a assistir a uma desmantelação de um país, a medidas que provocam desigualdades e diminuem a qualidade de vida de um povo, a uma desesperança do futuro de tantos jovens que se obrigam a emigrar ou mesmo a deslocalizarem-se do interior para o litoral. -----*

----- *Precisamos hoje, mais que nunca, voltar a acreditar em abril, voltar a acreditar num país coeso territorialmente, num estado que proporciona condições aos seus cidadãos, num estado que traduz as suas medidas em desenvolvimento, num estado mais igual e fraterno para que possamos progredir e renovar todos os dias o 25 de abril de 1974. -----*

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- *Muitos discutem a eventualidade de um novo abril, mas hoje o que realmente importa acima de tudo e recordar abril e lembrar que e possível lutar pelos direitos, pela democracia, pela nossa sociedade, pelo nosso território e pelas gerações futuras.* -----

----- *Não vivi a revolução de abril de 1974 mas todos os dias entendo que é preciso que a revolução se mantenha viva para que todos possamos ser mais iguais...* -----

----- *Viva o 25 de abril, viva a democracia".* -----

### INTERVENÇÃO DO DEPUTADO LUIS TERÊNCIO – BANCADA DO PSD/CDS-PP:

----- *“Exmo. Sr. Presidente da Mesa* -----

----- *Exma. Sr.ª Presidente da Câmara* -----

----- *Exmo. Sr. Vice-Presidente* -----

----- *Exmo. Srs. Vereadores* -----

----- *Exmo. Srs. Deputados* -----

----- *Exmo. Digníssimo Público* -----

----- *Encontramo-nos hoje a comemorar o 40.º aniversário do 25 de abril, que derrubou a mais velha ditadura da Europa.*

----- *Foi uma luta contra a opressão. Esta revolução construiu um novo país, colocando-o na visibilidade internacional. -*

----- *Foi um tempo de novas crenças, um Estado Democrático e de Direito, garantia a paz, progresso, bem-estar e justiça social. Concedeu à sociedade a possibilidade de ser justa e livre.* -----

----- *Mas, hoje, volvidos 40 anos e mergulhados numa crise, assistimos e somos vítimas de uma constante perda de direitos que nos mergulham numa ainda mais profunda crise económica e social. Assistimos a um fosso cada vez mais acentuado entre os que recebem vencimentos milionários e o trabalhador com condições cada vez mais precárias. Os pobres a aumentarem em número absoluto e relativo, o desemprego a aumentar e as desigualdades sociais a serem cada vez maiores. Como podemos ter esperança no futuro que se avizinha muito difícil para nós e ainda mais para a geração vindoura?* -----

----- *Estes sentimentos trazem-nos mais revolta quando pensamos que os que lucram com a crise são únicos responsáveis por ela.* -----

----- *Podemos, hoje, questionar e colocar a seguinte questão: VALEU A PENA O 25 DE ABRIL? Eu acredito que os responsáveis pela revolução dos cravos tenham sentimentos contraditórios e que muitos percam a esperança num Portugal justo e onde a democracia subsistam alguns dos seus aspetos fundamentais. Mas também acredito que com todos os defeitos da nossa Democracia, todos consideramos que valeu a pena.* -----

----- *Vivemos tempos muito difíceis em todos os campos da Sociedade portuguesa, onde todos pomos tudo em causa. Hoje é tempo de reflexão e por isso apelo a todos os responsáveis políticos do nosso País com responsabilidades no funcionamento democrático que deixem de privilegiar os interesses próprios e que com a sua elevação ética ajudem na resolução dos nossos reais problemas.* -----

----- *Este apelo também o faço ao nosso Poder Local, porquanto os interesses instalados são inibidores de uma política equitativa, que sirva todos democraticamente, compromete o desenvolvimento de um concelho e desequilibra as finanças de um Município.* -----

----- *Com as armas da Democracia nos concedeu e não tendo medo de assumir uma atitude cívica responsável, cada um nós tem que conseguir devolver a esperança, justiça e solidariedade a este País, tornando-o cada vez mais livre, mais democrático, mais justo e fraterno.* -----

----- *Por isso, não voltarei as costas a esta luta democrática e exorto a todos quantos me ouvem a fazê-lo também para que construamos um Portugal verdadeiramente democrático.* -----

----- *Viva Alfândega da Fé!* -----

----- *Viva Portugal!* -----

----- *Viva o 25 de abril!”* -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

### INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- *“Senhora Presidente da Câmara Municipal* -----  
----- *Senhores Vereadores* -----  
----- *Senhoras e Senhores Deputados Municipais* -----  
----- *Digníssimas Secretárias* -----  
----- *Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia* -----  
----- *Senhores Presidentes das Assembleias de Freguesia* -----  
----- *Demais Autarcas* -----  
----- *Minhas Senhoras e meus Senhores,* -----  
----- *Comemorar os 40 anos do 25 de Abril é, principalmente nos tempos que correm, um ato de alegria e de reconhecimento.* -----  
----- *Alegria, porque celebramos o ato fundador do nosso regime democrático, a recuperação da nossa liberdade, o Renascimento de Portugal enquanto Nação livre e respeitada, após quase meio século de ditadura fascista.* -----  
----- *Reconhecimento e agradecimento para com os capitães de Abril – sem os quais não teria sido possível ter-se concretizado o sonho – mas também de reconhecimento para com o importante papel que desempenharam todos aqueles, milhares de pessoas – mulheres e homens, antifascistas, republicanos, comunistas, socialistas católicos progressistas e outros – que durante o período da longa noite fascista, souberam resistir, criando assim as condições para que o 25 de Abril de 1974 acontecesse.* -----  
----- *Mas,* -----  
----- *Minhas Senhoras e meus Senhores:* -----  
----- *Comemorar o 25 de Abril e o seu quadragésimo aniversário, é também um dever e um ato de cidadania.* -----  
----- *É um dever, porque, reconhecidamente, “A Revolução dos Cravos” foi o acontecimento mais relevante do século XX em Portugal.* -----  
----- *Foi uma revolução, cujo espírito, ideais e objetivos, devemos manter bem vivos, porquanto alterou profundamente o rumo das nossas vidas e da nossa história coletiva.* -----  
----- **O dia 25 de Abril será sempre merecedor de comemorações** e, nos dias de hoje, vêm-nos à memória as frases e as palavras de ordem que há já quatro décadas ecoavam por todas as ruas de todo um país que acabara de ser retirado das garras do fascismo pelos corajosos Capitães de Abril, porque a atuação do governo de Passos Coelho e Paulo Portas, nos fazem lembrar os tempos da ditadura de Salazar e Caetano. -----  
----- **Ainda há dias, ao ouvir Freitas do Amaral dizer que “este governo é o governo mais à direita dos últimos quarenta anos”,** percebi que paira no ar uma indignação muito mais generalizada, que levou até, um reconhecido cineasta a afirmar em entrevista a um jornal que **“a democracia faliu”**. -----  
----- *Este governo é pois, concordo com o Professor Diogo Freitas do Amaral, o governo mais à direita dos últimos quarenta anos, de uma direita que há muito espreitava a oportunidade de voltar à ribalta política, para nos retirar, a todo o custo, tudo quanto Abril nos deu.* -----  
----- *Este governo, o governo de Passos Coelho e Paulo Portas está, com o alto patrocínio de Cavaco Silva, empenhado em empobrecer o nosso país e os portugueses em geral, com o conseqüente enriquecimento desmesurado de um punhado de capitalistas e grupos económicos ligados à alta finança mundial, representados pela Troika que continua preocupada apenas com os números e com os juros usurários que nos obrigam a pagar em nome do controlo do défice, sufocando as pessoas.* -----  
----- *Eles querem acabar com o Serviço Nacional de Saúde que António Arnault criou, implementou e desenvolveu, ao acabarem com as urgências noturnas num sem número de Centros de Saúde e Hospitais, sendo disso exemplo o que se passou no Centro de Saúde de Alfândega da Fé logo que este governo tomou posse, perseguindo as nossas gentes, como*

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

que se fôssemos cidadãos de 3ª ou algo semelhante, como que se fosse possível escolher o momento do dia em que se adocece. -----

----- Eles querem – e os alfundeguenses não o poderão permitir – acabar por completo com o atendimento de urgência no nosso Centro de Saúde e ainda há dias, na Segunda-feira de pascoela, dia 21 de Abril, durante uma visita que fiz, percebi, pela conversa que mantive com a atual responsável, Dra. Fátima, qual é o alcance da legislação recentemente criada para enfraquecer o SNS, designadamente a Portaria nº 82/2014 de 10 de Abril, (reclassificação de hospitais e centros de saúde) relativamente à qual, na sessão ordinária da Assembleia Municipal que a seguir se realizará, será tomada uma posição institucional de total repúdio, estou certo. -----

----- Eles querem entregar a gestão da saúde aos privados; -----

----- Eles querem, quando procedem ao encerramento de maternidades no interior, - como é o caso da maternidade de Macedo de Cavaleiros – votar ao esquecimento a população do interior. -----

----- Eles querem e têm vindo, desde a sua tomada de posse, a afrontar a Constituição, legislando sempre com o mesmo objetivo: enfraquecer o poder de compra, retirar direitos adquiridos pelos portugueses, enfraquecer o poder local, dividir os portugueses, mentindo descaradamente, parecendo querer continuar a enganar-nos quando muito recentemente, por exemplo, ouvimos o ainda Primeiro-ministro Passos Coelho, dizer, através das televisões que: **“Temos que fazer a função pública respirar”**, porque se aproximam eleições europeias e não tardam as eleições legislativas. -----

----- Que vergonha! Quanta demagogia... -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

----- Que vergonha, não permitir ao representante da Associação 25 de Abril discursar na Sessão Solene que ocorrerá hoje mesmo na Assembleia da República, deixando antever que os senhores que estão ao leme da governação têm medo da palavra de quem nos retirou das garras do fascismo. -----

----- É já possível, à distância de quarenta anos, consensualizar que a Revolução de 25 de Abril de 1974 é o acontecimento libertador com maior duração na sociedade portuguesa e é o acontecimento que temos cada vez mais de preservar para que a liberdade que nos vem coarctando este governo nunca venha a ser amordaçada. -----

----- Ainda ontem, a “ocupação” pacífica da rádio TSF por um grupo de cerca de cinquenta manifestantes, atores de teatro de “O Bando”, os quais, correspondendo a um desafio/convite do seu diretor, Paulo Baldaia, em nome da “PALAVRA” e em defesa da democracia e da verdade, deu quiçá, o pontapé de saída para a indignação e de um sem número de manifestações que se seguirão, aqui e ali, por esse país fora. -----

----- A democracia que Abril nos deu precisa da participação dos cidadãos e reclama de todos uma maior intervenção cívica. -----

----- Acordemos! A nossa participação cívica não pode esgotar-se com a participação em atos eleitorais; temos todos que empenhar-nos na luta pelos ideais de Abril e não podemos permitir que nos retirem o que conquistámos depois de Abril. -----

----- A coragem e a generosidade do povo português mereciam melhor sorte e soluções adequadas aos seus anseios, expectativas e propostas. -----

----- O 25 de Abril é uma data nacional e não deixa de ser obviamente também uma data de Alfândega da Fé como de quaisquer outros municípios. E, nessa perspetiva, mais do que uma evocação histórica ou um desafiar de reminiscências – e cada um de nós terá certamente algumas bem particulares – que não deixarão de ser feitas neste período festivo, gostaria também de acentuar, nas minhas palavras, a importância e as consequências da Revolução de 1974 na vida de Alfândega da Fé e do seu Município. -----

----- A reestruturação do poder local somente se efetivou após a aprovação da nova Constituição da República Portuguesa, votada em 25 de Abril de 1976 e estes Senhores estão também empenhados em enfraquecê-lo, quando diminuem as receitas via orçamento de Estado. -----

----- Eles querem matar o Poder Local! -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- *Alfândega da Fé foi das Vilas do nordeste transmontano que mais se desenvolveu no período pós 25 de Abril de 1974 e os alfandeguenses não poderão admitir que nos retirem os serviços públicos que os senhores do poder central querem retirar.* -----

----- *Querem acabar com o Tribunal, começando por instalar o chamado “Balcão”, querem - e dizem que o farão até final de Maio próximo – retirar-nos a Repartição de Finanças e sabe-se lá mais o quê.* -----

----- *Em 12 de Dezembro de 1976 ocorreram as primeiras eleições de órgãos autárquicos, as quais marcaram o início da primeira fase da vida da administração local depois do 25 de Abril, caracterizada pela transição dos municípios estruturalmente dependentes da administração central para o modelo de verdadeiras autarquias locais e eu sou daqueles que entendem que o caminho tem que ser o da implementação da regionalização.* -----

----- *Celebrando a Revolução de 25 de Abril de 1974 quarenta anos depois, é tempo de reconhecermos o papel absolutamente decisivo que o PODER LOCAL DEMOCRÁTICO teve no desenvolvimento do país em geral e no de Alfândega da Fé em particular, aproveitando a oportunidade para homenagear o ex - Presidente da Câmara Engenheiro Manuel Cunha Silva, pelo grande contributo que deu durante os doze anos que esteve ao leme da barca do nosso destino coletivo. Na verdade, “A obra fala por si”, como rezava o seu slogan eleitoral.* -----

----- *As mulheres e os homens, democraticamente eleitos para as Juntas e Assembleias de Freguesia, Câmaras e Assembleias Municipais, desde as primeiras eleições autárquicas, assumiram para si a tarefa de tudo fazerem para a melhoria das condições de vida das populações que neles confiaram.* -----

----- *Minhas Senhoras e meus Senhores,* -----

----- *Sabemos que, a uma imensa esperança, a tantos acontecimentos notáveis, se vem sucedendo, ano após ano, um pouco mais de destruição de Abril e da nossa vontade de progredir em liberdade e democracia. Não há outro caminho positivo, para este país e para este povo, que não seja o da vida democrática e participada, do trabalho produtivo e criador, da reafirmação da ética e moral dos valores fundamentais do país e da Constituição da República.* -----

----- *Uma questão fundamental é a da participação ativa e cidadã, entre cada ato eleitoral. E, essa questão, cabe a todos nós ajudar a resolver, os eleitos e os não eleitos, que afinal somos todos eleitos da democracia e do amor à liberdade, à paz e ao futuro.* -----

----- *Nestes dias de festa e de reflexão tantas vezes pouco aprofundada, cabe-nos a todos dar mais passos no sentido de recuperar a esperança, de privilegiar a ética e a honra, para que a palavra que empenhamos seja sempre dignificadora e única, a que corresponde à nossa natureza de cidadãos que têm ou não têm partido, mas que sabem assumir as suas responsabilidades quotidianas e históricas com uma só cara – a da vontade imensa de continuar a construir Abril – quarenta anos depois, no sentido daquela pureza inicial que nos fazia sorrir e correr para o lado dos outros, os que finalmente eram nossos irmãos no sonho, na utopia e na vontade imensa de rasgar horizontes sem fim. Queremos criar bem-estar e trabalho para todos, construir a independência económica, social, política e cultural deste povo e com este povo, que aí está e aí estará, com certeza apto a ser de novo corajoso e a romper com o passado mais antigo ou mais recente.* -----

----- *Queremos que a Troika se vá embora e queremos continuar a construir Abril.* -----

----- *Queremos que o “Estado Social” seja preservado e que deixem de o atacar.* -----

----- *Queremos um salário mínimo que dê aos trabalhadores portugueses um mínimo de dignidade e não podemos aceitar que ao invés de o aumentarem, como foi acordado há três anos pelos parceiros sociais, o diminuam ainda mais, como que fazendo a vontade à Troika e em particular ao representante do FMI em Portugal Senhor Subir Lall, o qual recentemente opinou nesse sentido.* -----

----- *É tempo de parar com o miserável empobrecimento do nosso país e é tempo de acabar com as políticas vigentes, com os cortes nas pensões e nos salários.* -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O atual Primeiro-ministro traiu os eleitores que nele confiaram, pois, uma vez chegado à liderança do governo, não só não cumpriu uma única promessa, como do seu estilo de governação resultou um forte agravamento das condições de vida dos portugueses, um enorme aumento do desemprego e um enorme aumento da dívida pública. -----

----- Quem de vós tenha dúvidas quanto ao acabo de dizer, bastará, para as desvanecer, que reveja o último debate televisivo entre José Sócrates e Pedro Passos Coelho na última campanha eleitoral legislativa. -----

----- “Demagogia, feita à maneira, é como queijo numa ratoeira” e, infelizmente muitos portugueses caíram na ratoeira eleitoral que Passos Coelho lhes armou na campanha eleitoral e, o futuro foi aquilo que se viu! -----

----- Um governo que apela a um “amplo consenso” e que logo de seguida desvaloriza e ataca ferozmente o “Manifesto dos 74” subscrito por reconhecidas personalidades de todos os quadrantes políticos, demonstra apenas que a mentira é a cana de leme da embarcação governamental. -----

----- Hoje, torna-se necessário refletir sobre o papel fundamental do poder local democrático na construção da democracia, em especial dos órgãos deliberativos, para que não sejam mais esvaziados de poderes e conteúdos, para que deixem de os atacar e desvalorizar, para os defendermos e impulsionarmos no sentido de uma maior participação dos eleitos, das populações e instituições representativas, das aldeias, vilas e cidades do nosso Portugal. -----

----- “Não há machado que corte a raiz ao pensamento” reza aquela linda letra ... , pois bem, pensemos todos mais no nosso futuro coletivo e a vida será mais bela, pelo menos tão bela como quaisquer dos cravos que os militares de Abril plantaram nas pontas das armas que empunhavam no glorioso dia 25 de Abril de 1974, representando a liberdade, a paz, a fraternidade e o progresso. -----

----- Aproveito este momento para exortar o Governo para que, em homenagem ao espírito de Abril, abandone a ideia de fechar maternidades por todo o interior do país, pois, numa região como a nossa, neste Nordeste esquecido, onde já nascem tão poucas crianças, se tal medida for avante, poderá contribuir para uma maior diminuição da taxa de maternidade e consequentemente para um maior envelhecimento das nossas populações. -----

----- Não podemos permitir que nos retirem o direito a escolher o local de nascimento dos nossos filhos e netos. -----

----- Não podemos permitir que nos façam regressar ao 24 de Abril de 1974. -----

----- Estes senhores querem acabar, com a “paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação” de que nos falava Sérgio Godinho numa das suas mais emblemáticas músicas. -----

----- Querem acabar com a “paz”, quando fomentam a revolta; -----

----- Querem acabar com o “pão”, quando querem diminuir um salário mínimo que já é muito reduzido; -----

----- Querem acabar com a “habitação”, quando criaram legislação, NRAU-Novo Regime de Arrendamento Urbano que colocou na rua milhares de arrendatários que não aguentaram os brutais aumentos de rendas que dele resultaram; -----

----- Querem acabar com a saúde, quando procedem ao racionamento de medicamentos, quando encerram serviços hospitalares, quando aumentam as taxas moderadoras, quando deixam de compartilhar diversos medicamentos, quando se preparam para encerrar maternidades no interior do país. -----

----- Querem acabar com a educação, quando despedem professores, encerram estabelecimentos de ensino, quando reduzem o financiamento do ensino público e o aumentam ao privado, quando se preparam para encerrar as escolas com menos de 21 alunos, olvidando que em zonas de interior, é preciso implementar medidas de discriminação positiva para travar o êxodo dos seus habitantes. -----

----- É preciso que sejam criadas mais e melhores condições de vida às nossas gentes para que, cumprindo Abril, se cumpra melhor o terceiro dos três tão famigerados “D’s” que os Militares de Abril nos prometeram, o “D” do DESENVOLVIMENTO. -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

----- Celebrar Abril é também um ato de cidadania, sempre e cada vez mais necessário, sendo disso exemplo o que deixei dito acerca do projetado encerramento das maternidades, mas também porque a democracia pluralista, uma das conquistas essenciais de Abril pressupõe, cada vez mais, uma maior participação dos cidadãos, em particular dos jovens.

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

*E vão para os jovens as últimas palavras desta já longa alocução: Ainda bem que nasceram e sempre viveram em Liberdade. Foi para isso que muitos lutaram, sofreram e morreram e foi também para isso que os gloriosos capitães de Abril fizeram a revolução em 1974.* -----

*----- Aos valores de Abril: a Liberdade, a Igualdade, a Fraternidade e a Solidariedade, sempre atuais, é necessário juntar outros novos valores que a globalização nos vai impondo que assumamos, em nome da soberania e da dignidade do ser humano.* -----

*----- A recente divulgação de uma sondagem da qual resultou que 83% dos portugueses estão insatisfeitos com a nossa democracia, só pode significar que as políticas recentemente implementadas estão erradas, são mortíferas e o funcionamento da nossa democracia representativa precisa de ser repensada e alterada.* -----

*----- A democracia portuguesa está doente e não foi para isto que o 25 de Abril foi feito!* -----

*----- Estes valores, os valores da liberdade, da igualdade e o da fraternidade não se podem impor. Podem e devem, isso sim, ser assumidos.* -----

*----- A GRANDE LIÇÃO DO 25 DE Abril é que as pessoas, se o quiserem, podem assumir e construir o seu futuro em liberdade.* -----

*----- Quatro décadas depois, queiramos todos nós, queirais vós, jovens de Abril, assumir o futuro, pois, se o fizermos e se o fizerdes, estaremos e estareis a cumprir Abril.* -----

*----- Viva o 25 de Abril, Viva Alfândega da Fé, Viva Portugal!"* -----

### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

*----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta.* -----

*----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que estavam presentes duas atas, respeitantes à quinta sessão ordinária da assembleia municipal realizada no passado dia trinta de novembro de dois mil e treze e a ata da primeira sessão ordinária da assembleia municipal realizada no passado dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e catorze, para serem submetidas à aprovação.* -----

*----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a Ata da quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia trinta de novembro de dois e treze à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes com vinte e quatro votos a favor, zero votos contra e duas abstenções dos Deputados Municipais José Almendra e Adriano Andrade.* -----

*----- De seguida colocou a Ata da primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e catorze à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos vinte e seis Deputados Municipais presentes, com vinte e cinco votos a favor, zero votos contra e uma abstenção do Deputado José Almendra.* -----

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

*----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período.* -----

*----- O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal.* -----

*----- Iniciou a sua intervenção referindo a importância da receção atempada da correspondência, tendo questionado de seguida o Executivo sobre a situação da venda do Hotel & SPA de Alfândega da Fé, uma vez que já passou bastante tempo sobre o lançamento do concurso e posteriormente anunciado o vencedor desse mesmo concurso, a "GESVIMA". Disse, depois, que agravar esta situação de demora da venda do Hotel & SPA, e tendo em conta os rumores que circulam na praça pública, a empresa vencedora do concurso "GESVIMA", já têm a unidade hoteleira vendida, e que servirão apenas de intermediários, para uma venda futura do Hotel & SPA a terceiros, sendo estes, proprietários de um empreendimento chamado "ECORESORT" que na sua opinião não passa de um parque de campismo em ponto grande, na zona da Serra da Estrela. Disse, ainda, que o concurso tem um caderno de encargos e compromissos para esse concurso,*

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

nomeadamente, o investimento de um milhão e meio de euros e a manutenção de vinte e nove postos de trabalho. Questionou, de seguida, sobre a veracidade destes rumores e como serão garantidas o cumprimento dos compromissos assumidos no caderno de encargos. -----

----- Continuou a sua intervenção, e questionou o Executivo sobre a intenção ou não da venda do pavilhão da EDEAF, e como serão os trâmites da sua venda. Comentou, de seguida, que após cinco anos de mandato do Executivo socialista, embora compreendendo a difícil situação financeira em que o Município se encontra, a verdade é que o atual Executivo não tem delineada uma linha estratégica para gestão. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, usou da palavra, e respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio que relativamente ao envio tardio da correspondência, a Lei impõe um limite de envio antecipado de quarenta e oito horas, tendo no entanto concordado que pontualmente esse atraso ainda existe, nomeadamente o envio de um documento relativamente extenso, com duzentas e noventa e seis páginas, que impossibilitou a sua leitura e análise. Disse, depois, que atualmente está a funcionar muito melhor, realçando que não existem atas em atraso e que futuramente é para melhorar o tempo do envio da documentação. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra, e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção respondendo ao Senhor Deputado Luís Terêncio, que relativamente ao atraso do envio da correspondência, nomeadamente, o documento de duzentas e noventa e seis páginas, trata-se de um documento respeitante à Certificação Legal de Contas e um Relatório, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), que o ROC só enviou no dia em que foi enviado à Assembleia Municipal, tendo-se procedido ao seu envio de imediato, logo que recepcionado. Disse, ainda, que a DGAL tem de aprovar qualquer alteração ao Orçamento, e também enviou essa aprovação tardiamente, respeitante a alguns pontos da ordem do dia, entre os quais: Fundo de Emergência Municipal, e uma ação do PRODER – Ordenamento e recuperação de povoamentos, que se relaciona com o incêndio dos Picões que ocorreu no último Verão. -----

----- Continuou a sua intervenção, referindo que o Poder Central asfixia cada vez mais o Poder Local, uma vez que eles não respeitam os prazos legais, e o Poder Local se deixar passar o prazo do dever de comunicar, cortam nas transferências. Disse, ainda, que a política governamental faz com que o interior perca cada vez mais serviços, não existindo uma política para fixar as pessoas no interior. Se as pessoas não têm trabalho no interior elas têm de se ir embora, uma vez que o Governo central não apoia a fixação de empresas no interior, e se não fosse o Poder Local, o país estaria muito pior. -----

----- Respondeu, depois, ao Deputado Luís Terêncio, que o Executivo tem uma linha estratégica de gestão e está a cumprir. O Executivo pensava que conhecia a dívida do Município mas mais tarde deparou-se com o aparecimento de mais dívidas, além poder ter ainda que pagar os processos que estão em Tribunal, que podem ascender a mais um milhão de euros. Disse, depois, que em dois mil e dez fizeram o saneamento financeiro, para poderem pagar aos fornecedores, porque em dois mil e nove o Município de Alfândega da Fé, segundo a DGAL, era a Câmara Municipal que demorava mais tempo a pagar aos fornecedores em todo o País (mais de 900 dias de prazo médio de pagamento). Atualmente estão a pagar atempadamente aos fornecedores demorando cerca de quarenta dias, permitindo desenvolver a economia local, não dificultando a vida às empresas locais. Continuando disse, que após ter sido aprovado o Saneamento Financeiro tiveram que absorver a dívida que não estava registada e enfrentar os constantes cortes das transferências de Estado para as Autarquias Locais ou seja, quando elaboraram o Saneamento Financeiro não contavam com as dívidas não registadas nem com os cortes das transferências do Estado que no total de 2010 a 2013 foram da ordem dos 3 milhões de euros a menos em relação à receita prevista . Explicou, depois, que atualmente o Município de Alfândega da Fé está a receber menos um milhão de euros por ano. Continuou, depois, a sua explicação e referiu que o Governo negociou com a ANMP, que iria transferir menos dinheiro para as autarquias e aumentar as receitas próprias, como foi o caso do IML, ao qual impuseram a taxa máxima ao concelho de Alfândega da Fé. Contudo, esta previsão do Governo estava errada, pois eles cortaram um



S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

milhão de euros por ano, e as receitas próprias do Município aumentaram desde dois mil e nove cerca de duzentos mil euros, devido não só ao aumento do IMI, mas também ao aumento do IMT e derrama. Disse, ainda, que o Governo tem penalizado mais os pequenos Municípios do interior do País, uma vez que possuem pouca população e poucas receitas próprias. -----

----- Continuou a sua intervenção referindo que em tudo o que estiver ao alcance do Executivo vai continuar a trabalhar em prol do Município, diminuindo a dívida e melhorar as condições dos Munícipes, com o investimento possível, dentro de todos os cortes existentes. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu depois ao Deputado Luís Terêncio, que relativamente ao Hotel & SPA, colocaram o final do mês de maio como o limite para se resolver essa situação de compra/venda. Disse, ainda, que efetuaram o aumento de capital para poderem reduzir a dívida para o montante de um milhão e seiscentos e cinquenta mil euros, depois do visto do tribunal de contas estando a ser resolvida a questão das garantias da CGD, uma vez que só o Turismo tem garantias do empréstimo. Assim, encontram-se a renegociar o passivo, ficando o comprador responsável por esse passivo. Disse, depois, que vão vender o Hotel à empresa "GESVIMA" se a empresa continuar interessada e o que depois se desenrolará é da responsabilidade da empresa. Se até o final do mês de maio o assunto ficar resolvido vendemos à GESVIMA, se não for resolvido, o concurso "caí" e abrem novo concurso, depois de serem ouvidos os restantes concorrentes do primeiro concurso. -----

Relativamente à EDEAF, a Senhora Presidente da Câmara, explicou aos Deputados Municipais, que a EDEAF é para ser extinta até ao final do ano. Em relação ao património da EDEAF, os ativos e os passivos podem ser integrados na Câmara ou então vendidos. Disse, depois, que têm intenção de abrir um concurso para venda do património, revertendo o valor dessa venda para amortizar a dívida da EDEAF, que no momento se cifra em cerca de trezentos mil euros. -----

----- Continuou a sua explicação, e referiu que não é política da Câmara privilegiar algumas pessoas em detrimento de outras, mas permitir vender o espaço aos privados, uma vez que o pavilhão da EDEAF tem em laboração alguns espaços dedicados a produtos regionais, e que muito embora esses privados paguem uma renda, (que é mais baixa do que o mercado), é intenção vender esse património, como está acontecer com o Hotel & SPA. Disse, ainda, que o objetivo é entregar as explorações aos privados, evitando os erros do passado. Disse, depois, que a Câmara ajuda os produtores a conseguirem o licenciamento das suas cozinhas regionais e a promoção e venda dos seus produtos, ficando a responsabilidade da gestão ao cargo dos donos. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra comentando que se tinha adensado ainda mais a sua preocupação, uma vez que confirmou a sua suspeita na qual a empresa GESVIMA servirá somente para servir de intermediária na compra e venda do Hotel & SPA, servindo para gerir familiarmente o empreendimento, não cumprindo o investimento inicialmente proposto nem a manutenção dos vinte e nove postos de trabalho ali existentes. Disse, depois, que enquanto Deputado da Assembleia Municipal, irá fazer chegar às entidades competentes este assunto, uma vez que e muito embora concordem com a venda, não concordam com os moldes em que o concurso foi feito, nem ser vendido património a qualquer preço. Disse, ainda, que uma das razões desta empresa ter ganho o concurso foi a manutenção dos postos de trabalho e o investimento previsto no caderno de encargos. Perante esta situação, o Deputado Luís Terêncio sugeriu ao Executivo que, com urgência, fosse solicitada uma reunião com a empresa GESVIMA de forma a debater as intenções futuras para com o Hotel & SPA. -----

----- Continuou a sua intervenção, dizendo que a EDEAF foi uma boa ideia para a promoção dos produtos locais, com a criação de uma marca "Terras de Alfândega". Disse, depois, que concordava com a opinião da Senhora Presidente da Câmara, de serem os privados a gerirem o espaço, só não concordou foi com o desmantelamento da EDEAF. Disse, depois, que o pavilhão da "Mecapisa" foi vendido a uma empresa com o objetivo de criação de emprego, e encontra-se fechado. Questionou, depois, sobre qual o projeto futuro do Executivo que motivou a destruição da fonte junto da Pré-Escola. -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio que não tinha qualquer problema em solicitar uma reunião com a empresa GESVIMA para discutir o futuro do Hotel & SPA. Disse, depois, que relativamente à empresa “Mecapisa” a Câmara Municipal reaveu todo o dinheiro possível, desde rendas, faturas pagas pelo trabalho de trabalhadores da edeaf, a venda de um painel solar, e trinta por cento do capital que a Câmara detinha na Empresa. Disse, ainda, que a empresa “Mecapisa” deu muitos prejuízos ao Município, uma vez que não pagavam nada e não criaram os postos de trabalho prometidos. Continuou, a sua intervenção e questionou a bancada do PSD/CDS-PP sobre o porquê de tantas críticas, uma vez que não as compreendia, depois de ter conseguido reaver todo o dinheiro possível e de ter vendido a outra empresa o pavilhão por mais de trezentos mil euros, acusando de seguida a bancada do PSD/CDS-PP de terem destruído o concelho de Alfândega da Fé em dois mandatos, com estas e outras questões incluindo o facto de permitiram que o Senhor Chaby Rodrigues se instalasse no Hotel & SPA, com todas as mordomias, sem pagar um tostão durante mais de um ano etc. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia interveio colocando ordem no auditório, uma vez que os presentes se manifestaram uns a favor outros contra a intervenção da Senhora Presidente da Câmara. -----

-----A Senhora Deputada Iolanda Neves solicitou a palavra, e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção comentando que tinha por norma imprimir toda a documentação de apoio às sessões da Assembleia Municipal, mas que para a presente sessão isso não tinha sido possível, pelo que lamentou que o Auditório Dr. Manuel Faria não estivesse equipado com internet wireless. Questionou de seguida qual a duração do tempo dado a cada bancada para a intervenção antes do período da ordem do dia, referindo ainda que o tempo fosse melhor gerido nas intervenções, de forma a que as respostas a questões importantes sejam dadas convenientemente, e não se percam em explicações desnecessárias. Chamou depois à atenção, para as constantes faltas de respeito e falta de educação, de ambas as partes, nas diversas sessões da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa respondeu à Deputada Iolanda Neves, referindo que a internet wireless de facto é importante, referindo ainda que a Senhora Presidente da Câmara prometeu a sua instalação. Disse, depois, que o tempo do período antes da ordem do dia era de sessenta minutos, conforme consagrado no art. 28.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes solicitou a palavra tendo apresentado cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção e informou os Deputados Municipais que o Regimento da Assembleia Municipal não contempla só o tempo do período antes da ordem do dia, mas sim também o tempo gasto por cada Deputado e o número das suas intervenções. Disse, depois, que o Deputado Luís Terêncio antigamente não “fiscalizava” tão atentamente as sessões da Assembleia Municipal como agora o faz. Referiu, depois, que passa na rua e não ouve nenhum comentário sobre o Hotel & SPA, questionando assim a veracidade das “fontes” do Deputado Luís Terêncio. -----

----- Continuou a sua intervenção e enalteceu a política da Câmara Municipal no aproveitamento de diversos programas de emprego, que permitiu a ocupação de cerca de duzentas pessoas a trabalharem nas aldeias, permitindo um encaixe financeiro de mais de cem mil euros mensais, o que contribui para dinamizar a economia do concelho. -----

----- O Senhor Deputado Mário Telmo Legoinha solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção propondo a realização de uma moção conjunta da bancada do PS e a bancada do PSD/CDS-PP, intitulada “Pela defesa do SNS – a saúde não tem custo”. De seguida leu a moção que se transcreve: -----

### **“MOÇÃO**

#### ***Pela defesa do SNS – A saúde não tem custo***

*Num tempo em que predomina a miséria e a insegurança em largos setores da sociedade é fundamental que as estratégias globais de saúde tenham como prioridade a implementação de políticas que diminuam as desigualdades, minimizando as*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

*diferenças sociais e regionais, e possam contribuir para a coesão social e sejam minimizadoras da desertificação que se tem feito sentir no nosso distrito. -----*

*A opção por um modelo de SNS é hoje reconhecida como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade. O SNS tem sido um fator de coesão nacional e um avanço civilizacional, que melhorou a qualidade dos serviços de saúde prestados às populações e por consequência aumentou a esperança média de vida. -----*

*O Governo publicou uma portaria (n.º 82/2014, de 10 de abril), que constitui um violento ataque ao SNS e ao direito constitucional à saúde, que terá como consequência o encerramento de serviços da rede pública nomeadamente de várias maternidades no interior do País. -----*

*A Portaria n.º 82/2014, que no essencial reclassifica os hospitais de acordo com o seu grau de diferenciação, pois nada tem a ver com a reforma hospitalar, em nosso entender necessária e urgente. -----*

*Trata-se tão-somente do equivalente a uma espécie de carta hospitalar, visando o encerramento de serviços hospitalares, em que mais uma vez a nossa região sai claramente prejudicada. -----*

*O SNS é um todo que deve ter coerência e não entendemos como se podem tomar medidas avulsas e de carácter administrativo, sem qualquer estratégia de sustentabilidade, sem que se conheça a realidade das populações e que não tratam convenientemente da articulação entre os vários níveis de prestação de cuidados de saúde. -----*

*Com esta Portaria, o governo tem em vista, uma vez mais, o encerramento arbitrário de serviços hospitalares, nomeadamente o encerramento da maioria das maternidades do país, a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, a criação de condições para uma rápida expansão das entidades privadas, sobretudo por via do recurso aos subsistemas de saúde, e dar mais um passo, desta vez decisivo, para uma acelerada desertificação de vastas zonas do interior do país. -----*

*Além do encerramento da única maternidade existente em todo o distrito de Bragança, esta portaria conduzirá futuramente ao encerramento de mais serviços, como ginecologia que apenas existirá nos hospitais do chamado grupo I e o serviço de obstetrícia apenas será prestado nos hospitais do chamado grupo II. Tudo isto acontecerá até 31/12/2015. -----*

*Importa perguntar se é com estas medidas que se trará a desertificação do interior e se será esta a forma para que a natalidade e o rejuvenescimento da população no nosso distrito e nas regiões do interior do país seja uma realidade? -----*

*A declaração emitida recentemente pelo Ministério da Saúde em que garantia que não iria encerrar qualquer maternidade assume uma enorme gravidade porque assenta numa mentira. O conteúdo da portaria é muito claro sobre esta e outras matérias, e mais uma vez o distrito de Bragança sai prejudicada. -----*

*A Portaria é clara, vastas regiões do nosso país irão ficar sem qualquer maternidade e que as parturientes terão de se deslocar centenas de quilómetros. É um atentado à vida e à segurança de muitos recém-nascidos e respetivas mães. -----*

*Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, reunida em sessão ordinária a 25 de Abril de 2014, delibera: -----*

*1 – Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando o acesso aos cuidados de saúde e lutando contra todas as tentativas camufladas de o querer dismantlar. -----*

*2 – Afirmar a necessidade de reformar o SNS e continuamente introduzir melhorias na sua organização de modo a prestar cuidados de saúde de qualidade. -----*

*3 – Exigir a imediata revogação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril. -----*

*4 – Afirmar a necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar de uma forma racional, participada e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referência, e não apenas o encerramento de camas e serviços. -----*

*5 – Exigir que a reforma hospitalar e a reforma do SNS sejam feitas ouvindo as Autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem. -----*

*6 - Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento de Portugal. -----*

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Mais decide enviar esta Moção -----

A Sua Excelência o Presidente da República -----

A Sua Excelência o Primeiro-ministro. -----

A Sua Excelência o Ministro da Saúde. -----

A Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde. -----

A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República. -----

À Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. -----

À Unidade Local de Saúde do Nordeste EPE -----

À todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Distrito de Bragança -----

À Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás os Montes". -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e comentou que também é uma preocupação da bancada do PSD/CDS-PP, pelo que sugeriu uma maior aprofundada análise do documento. Disse, depois, que se congratulava pela notícia de existirem duzentas pessoas a trabalhar, permitindo a entrada de mais de cem mil euros por mês, concluindo que afinal o Governo não só tira, também dá e ajuda a promover a economia local. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e informou os Deputados Municipais, que nos termos do art.º 28.º al e) do Regimento da Assembleia Municipal, a moção foi aceite para votação. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara explicou aos Deputados Municipais a importância deste documento e elucidou sobre a portaria em causa, referindo que podem fechar inúmeros serviços hospitalares, como a obstetrícia do Hospital de Bragança. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a moção “Pela defesa do SNS – a saúde não tem custo”, tendo sido aprovada, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 1, ALÍNEA E), DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 21/04/2014, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Deputados Municipais sobre a situação económica e financeira do Município, referindo que é da responsabilidade dos Chefes de Divisão recolherem todos os dados referentes à atividade do Município, que depois é transmitida à Assembleia Municipal. Informou, depois, que relativamente à Cultura e Turismo, o mercadinho da amêndoa vai regressar a Alfândega da Fé, uma vez que os produtores chegaram à conclusão que o atual local de promoção não era o melhor. Chamou, depois a atenção aos Deputados Municipais, para o facto de se estar a elaborar um trabalho relativamente à arte sacra do concelho de Alfândega da Fé, com vista à criação de um museu de arte sacra, tendo já sido feito um levantamento, para futuramente apresentar uma candidatura. Disse, depois, que na página quatro do documento, encontrava-se uma ação relativamente a “Visitas Turísticas Guiadas”, dizendo que o Posto de Turismo tem agora a capacidade de fazer essas visitas com grupos de pessoas a locais de interesse turístico. Informou, ainda, que o Município de Alfândega da Fé, celebrou o dia dos Monumentos e Sítios, com uma visita guiada por um Historiador, e que o contrataram para ajudar na candidatura que entretanto foi aprovada para recuperar a Torre do Relógio e toda a área envolvente. Informou, ainda, que a Universidade do Minho vai fazer um levantamento arqueológico para enriquecer ainda mais o conhecimento sobre a Torre. Disse, ainda, que o historiador contratado, conjuntamente com o Professor José Lopes, vão ajudar a conhecer ainda mais a história da Torre do Relógio. Continuou a sua intervenção referindo que em relação à Divisão Administrativa e Financeira já falou alguma

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

coisa e irá falar mais a frente. Em relação à Divisão de Obras referiu, que, o documento continha as obras por administração direta, os protocolos com as Juntas de Freguesia, e as obras por empreitada, referindo que o caminho dos Colmeais está quase concluído, a recuperação da Torre do Relógio está numa fase de concurso público, a recuperação da Capela da Legoinha deverá encontrasse concluída em maio/junho. Continuou a sua intervenção e disse que a Divisão de Urbanismo tem a seu cargo as águas e saneamento, estando a executar um trabalho muito importante na monitorização dos consumos, evitando o desperdício. Informou, ainda, os Deputados Municipais, que estão a elaborar um cadastro sobre as redes, uma vez que existem muitas redes que não possuem o projeto. Disse, depois, que o Gabinete da Qualidade está a trabalhar normalmente, a Biblioteca Municipal encontra-se a desenvolver muitas atividades, nomeadamente, atividades com as crianças, audiovisuais, formação a séniores e crianças, entre outras. Informou, depois, os Deputados Municipais, que o Município estava com uma média de quarenta e quatro dias a pagar aos fornecedores. Disse, ainda, que aumentou o número de trabalhadores, com a internalização de doze trabalhadores da empresa EDEAF no Município. Explicou, depois, que se não fosse a internalização destes trabalhadores teriam atualmente cento e quarenta e seis trabalhadores, dado que não têm contratado ninguém e se têm reformado alguns trabalhadores, o que leva a que o número de trabalhadores tem vindo gradualmente a diminuir. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e comentou que esteve atento às explicações da Senhora Presidente da Câmara. Lançou, depois, um desafio à Assembleia Municipal, pois é uma vez que se estava a fazer o levantamento da história da Torre do Relógio e promove-se, a criação de uma marca, para sermos mais conhecidos lá fora, à semelhança de outras localidades. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio, que atualmente o concelho de Alfândega da Fé, ainda não reúne, as condições para se afirmar como a Capital das Cerejas, uma vez que outras localidades produzem mais cereja do que nós, e referiu que o Fundão produz muito mais cereja que Alfândega da Fé, e que já se auto - promoveu como a Capital das Cerejas. Disse, depois, que a marca "Terras de Alfândega" é uma boa marca e que se encontra a promover diversos produtos, nomeadamente a castanha, azeite, cerejas, queijos, doces, mel, etc. Disse, depois, que o concelho de Alfândega da Fé tem de promover-se como uma localidade de produtos de qualidade, e que lhe parece melhor diversificar a oferta do que se centrar num só produto. -----

### **2. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DE 2013 – INFORMAÇÃO;**

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra, e explicou aos Deputados Municipais que estava presente uma informação da Divisão Administrativa e Financeira, sobre a consolidação de contas em dois mil e treze, referindo que a lei impunha que se realizasse na presente sessão da assembleia ou na próxima, referindo que será tratado o assunto na próxima sessão da Assembleia Municipal a realizar-se em junho. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do teor da informação. -----

### **3. APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO REFERENTE AO ANO DE 2013, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA L), DO ARTº 25º CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTº 27, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;**

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra, e esclareceu os Deputados Municipais que era um documento obrigatório a ser presente à Assembleia Municipal, juntamente com o relatório e contas. Disse, depois, que o documento abarca todo o património inventariado pertença do Município, incluindo o que não estava registado, nomeadamente, o Mercado Municipal, o Bairro Social, a Casa da Cultura, a antiga Câmara. Disse, ainda, que o documento está quase concluído. Disse, depois, que estão ainda a registar o património de domínio público, nomeadamente, as estradas municipais, e esperam que para o ano tenham um registo mais fidedigno. Continuou a sua intervenção e disse, que têm uma pessoa responsável por etiquetar todos os bens móveis e imóveis do Município, nomeadamente armários, cadeiras, etc. -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

### 4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2013, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA L), DO ARTº 25º CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTº 27, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e esclareceu os Deputados Municipais que o relatório presente, de Gestão e Contas, traduz o que já tinha sido falado. Disse, depois, que em dois mil e nove o Município de Alfândega da Fé, demorava cerca de novecentos e dezanove dias a pagar aos fornecedores, fez-se o saneamento financeiro, e que após terem feito o saneamento financeiro, aparecerem novas dívidas, no valor de um milhão e seiscentos mil euros e que tiveram de absorver, juntamente com os cortes das transferências do Estado para as autarquias. Chamou à atenção para o montante global dos cortes, que se cifravam no valor de três milhões e trezentos e trinta e três mil euros acumulados no mandato anterior, e menos um milhão de euros de receitas por ano atualmente. Disse, depois, que devido a todas essas situações o Governo obrigou o Município a ir ao Reequilíbrio Financeiro e ao PAEL, encontrando-se a pagar juros incomportáveis à banca que se cifram nos sete por cento. Informou, depois, os Deputados Municipais, que o Governo se comprometeu a entregar um instrumento à ANMP, de forma a combater a taxa de juros demasiada elevada, prevista na Lei das Finanças Locais, que permitira renegociar a baixa dos encargos da dívida. Continuou a sua intervenção, referindo que estão a chegar ao fim todos os processos pendentes em Tribunal, do Executivo anterior, que terão de ser pagos, relativamente a obras que foram mal feitas, nomeadamente o pagamento de cerca de seiscentos mil euros à empresa Casais, que já estão a pagar. Inicialmente, esta empresa, pedia uma indemnização de cerca de um milhão de euros, tendo entretanto perdoado os juros ao Município e comprometeu-se a fazer obras de correção no Centro de Formação Desportiva. Relembrou, ainda, que durante o ano gastam cerca de duzentos mil euros em trabalhos por administração directa, lamentando o que se poderia ter feito com os seiscentos mil euros que terão de pagar à empresa Casais. Continuou a sua intervenção e informou que a empresa responsável pela construção do SPA, a empresa Ladário, também exigiu o pagamento de uma verba por trabalhos a mais e por terem deixado o estaleiro no Hotel SPA, uma vez que começaram a obra antes do visto do Tribunal de Contas. Referiu, depois, que tudo somado, os processos em tribunal ascendem a mais de um milhão de euros, e que vão tentar pagar o mínimo possível. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Manuel Pousado solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que o Relatório de Gestão e Contas para o ano de dois mil e treze era um “espelho” de toda a atividade de gestão do Executivo. Chamou, depois, à atenção para o aumento considerável do imobilizado, no valor de três milhões novecentos e dez mil euros, questionando de seguida o Executivo se a dívida inferior a um ano era colocada na vertente a curto prazo, ou seja, inferior a doze meses, ou era colocada a médio/longo prazo. Chamou, depois, à atenção dos Deputados Municipais que na página quinze do documento, já permitia ver a situação económica do Município. Disse de seguida, que houve um aumento da despesa com pessoal, embora tenha já sido explicada, que deveu-se à internalização de doze trabalhadores da empresa EDEAF na Câmara Municipal. Continuou a sua intervenção, e falou que relativamente à parte dos custos e perdas, as amortizações do exercício sofreram um aumento de oitocentos e vinte e cinco mil euros, o que traduz um aumento de cento e cinquenta e oito por cento, devendo-se à inventariação, uma vez que o desgaste tem de estar refletido na demonstração. Relativamente às previsões, referiu que mantinha as suas reservas, uma vez que existem ações contra o Município, sugerindo que esses montantes estivessem plasmados nas previsões, ao abrigo do princípio da prudência, salvaguardando o risco de a Câmara Municipal vir a ser condenada, referindo que em dois mil e doze a previsão era de quatrocentos e noventa e cinco mil euros e no ano de dois mil e treze era de zero euros, realçando que não era da opinião que esse montante fosse zero, mas sim o montante das ações judiciais existentes. Falou, depois, que o custo e perdas extraordinárias sofreu uma redução de oitocentos e sessenta e três mil euros, questionando de seguida o Executivo se tinha a ver com a cobertura dos prejuízos das Empresas Municipais. Chamou, depois, à atenção para o valor de vários resultados que têm ao dispor, mas o que estão mais associados à gestão são os resultados operacionais, e muito embora positivos, diminuíram quinhentos e trinta mil euros,

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

fazendo de seguida uma ressalva na consolidação de contas, uma vez que ainda não foi feita, para as alterações que terão de existir quando for feita essa consolidação de contas. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Deputado Municipal Carlos Manuel Pousado que tinha razão quando referiu que as dívidas com menos de um ano passavam de médio/longo prazo para curto prazo. Disse, ainda, que o ROC já tinha alertado para esta situação de passarem alguma dívida de médio/longo prazo para o curto prazo. Disse, depois, que os encargos com o pessoal aumentaram devido à internalização de doze trabalhadores da EDEAF para o Município e também devido ao aumento com os encargos para a CGA, Segurança Social e IRS. Disse, depois, que o Tribunal Constitucional ordenou a reposição de mais um dos subsídios pago em duodécimos. Concluiu referindo que os trabalhadores até estão a receber menos ordenado, acontece é que os impostos aumentaram muito. Continuou a sua intervenção, e referiu que em relação às previsões do exercício, o ROC já alertou também para essa situação. O que aconteceu foi que o ROC pediu uma previsão ao Dr. Miguel, jurista da autarquia, sobre se no ano 2014 teriam de pagar alguma coisa em relação aos processos em tribunal, dizendo que não está contemplada nenhuma previsão porque contam ganhar todos os processos, reconhecendo que poderão ser criticados caso isso não se confirme. Esta decisão foi tomada mediante uma informação do Gabinete Jurídico, na qual prevê que os processos sejam ganhos. -----

----- O Deputado Senhor Luís Terêncio usou da palavra e disse que o sentido pessoal de voto é contra, uma vez que é um documento de Gestão do próprio Executivo que reflete a política tomada pelo Executivo. Disse, depois, que o Executivo errou ao partir para o Saneamento Financeiro, uma vez que deveria ter ido logo para o Reequilíbrio Financeiro, com custos muito menores, refletindo-se no presente documento. Estes custos fizeram aumentar em muito a taxa de IMI no concelho de Alfândega da Fé. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e discordou da intervenção do Deputado Luís Terêncio, uma vez que numa primeira fase eles pensaram em ir ao Reequilíbrio Financeiro e optaram pelo Saneamento Financeiro, e bem, uma vez que na Lei das Finanças Locais havia dois instrumentos que permitiam sanear um Município com muitas dívidas a curto prazo, que eram o Saneamento e o Reequilíbrio Financeiro. A diferença entre os dois é que o Saneamento permite ir buscar um empréstimo a doze anos, com um período de carência de três anos, e o Reequilíbrio permitia ir buscar o mesmo empréstimo a vinte anos, com uma carência de cinco anos. Disse, depois, que o consultor referiu que era melhor ir ao Saneamento primeiro, porque a Lei diz que só se deve ir ao Reequilíbrio Financeiro quando o Saneamento não é suficiente, e na altura de acordo com as previsões, o Saneamento era suficiente, só não foi suficiente devido a dois motivos: cortes nas transferências de Estado e a dívida que não se encontrava registada. Se não fossem estes dois motivos o Saneamento Financeiro teria sido suficiente, e hoje dão razão a consultor porque fez o trabalho bem feito. Disse, ainda, que para dificultar ainda mais esta situação, os Bancos estão a exigir “spreads” e comissões demasiado altas, numa crise que foram os próprios os causadores. -----

----- O Senhor Deputado Virgílio Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Cerejais, solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção lembrando ao Deputado Luís Terêncio, que andaram constantemente durante oito anos nos mandatos do Dr. João Carlos Figueiredo a votar empréstimos, tendo votado sempre contra, e o resultado disso foi o endividamento do Município, que levou ao aumento do IMI. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e esclareceu os Deputados Municipais que o IMI, embora parte das receitas seja revertido para as Câmaras Municipais, o aumento foi derivado de uma imposição legal por parte do Governo. Houve uma reavaliação dos edifícios, sendo uma imposição da TROIKA, o Governo aumentou a taxa máxima de IMI, tirando a cláusula de salvaguarda, e a Câmara não tem nada a ver com esse assunto. Disse, ainda, que o Governo queria tapar com os impostos legais o que retirou com os cortes. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e disse que o documento, os resultados operacionais definem a política do próprio Executivo, sendo que a diminuição nos resultados operacionais definem uma gestão. Disse, depois, que o IMI não é um imposto direto do Município, referindo contudo como exemplo que uma casa em Mogadouro paga menos

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

quarenta por cento do que uma casa em Alfândega da Fé, ou seja, não é um imposto direto, mas indiretamente o Município não consegue consolidar as contas de forma a permitir um abaixamento do IMI. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio referindo que não é totalmente verdadeira a sua afirmação, uma vez que o IMI aumentou devido à valorização dos imóveis e nem tanto pela aplicação da taxa máxima. Disse, ainda, que Mogadouro teve uma sorte que Alfândega da Fé não teve, que foi a de não ter uma governação semelhante à do Dr. João Carlos Figueiredo durante dois mandatos. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cerejais usou da palavra e esclareceu que Mogadouro não pagava menos que Alfândega da Fé, uma vez que a atualização do IMI se deveu, à zona, construção bruta e avaliação de casas, se eles não pagam mais é devido a não estarem endividados. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu ainda que a Câmara Municipal de Mogadouro deixou três milhões de euros no banco, ao invés de deixar uma dívida enorme, como aconteceu em Alfândega da Fé -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto quatro**, à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e seis membros presentes, com dezassete votos a favor, cinco votos contra, dos Deputados Municipais (Luís Terêncio, Iolanda Neves, Susana Guerra, José Almendra e Adriano Andrade), e quatro abstenções, dos Deputados Municipais, (Carlos Pousado, Jonatan Pacheco, Pedro Morgado e Horácio Pinto), aprovar o Relatório de Gestão e Contas referente ao ano económico de 2013, de acordo com o n.º 2, alínea I), do art.º 25º conjugado com o n.º 2 do art.º 27, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

### 5. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e prestou esclarecimentos aos Deputados Municipais sobre o Relatório de Execução e Acompanhamento do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, informando que é obrigatória a sua ida à Assembleia Municipal para conhecimento dos Deputados Municipais. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido relatório. -----

### 6. RELATÓRIO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e prestou esclarecimentos aos Deputados Municipais sobre o Relatório e Certificação Legal de Contas. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido relatório. -----

### 7. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – AÇÃO 2.3.2 – ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO DE POVOAMENTOS – PRODER;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e propôs que os pontos número sete, oito e nove, fossem englobados numa única explicação e fossem votados separadamente, uma vez que tem a ver com as candidaturas por causa dos incêndios florestais. -----

----- O Senhor Vice-presidente da Câmara usou da palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção e explicou aos Deputados Municipais que o Governo, em Conselho de Ministros, decretou estado de calamidade, devido ao grande incêndio que deflagrou no concelho de Alfândega da Fé no Verão anterior. Disse, depois, que o Governo aprovou medidas financeiras, de forma a se poder minimizar os prejuízos, nomeadamente, a disponibilidade de verbas no PRODER para os quatro municípios atingidos pelo incêndio poderem fazer candidaturas com base num prévio relatório do ICNF, que elencou de uma forma geral as intervenções que podiam ser feitas e as zonas do território onde poderiam ser feitas. Continuou a sua intervenção e disse que as candidaturas são cem por cento participadas pelo programa. Informou, depois, os Deputados Municipais que já elaboraram uma candidatura em dezembro, tendo sido aprovada no início do ano, referindo, depois, que vão aproveitar o facto de o IPB ter manifestado interesse em fazer uma monitorização na questão ligada à erosão dos solos e poderem também fazer dessa intervenção um projeto piloto, um caso de estudo, neste tipo de intervenções. Disse, depois, que relativamente ao FEM foi também disponibilizada essa linha de apoio aos Municípios, que serve para os Municípios serem ressarcidos do potencial produtivo



S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

de instalações de florestas municipais, referindo ainda, que felizmente não tinham florestas municipais abrangidas, uma vez que as florestas ardidas eram todas privadas, mas conseguiram colocar nesse programa alguns investimentos que acharam que são muito importantes, nomeadamente, o arranjo dos caminhos, arranjo das valetas, a minimização das linhas de água e contenção da sua erosão. Disse, ainda, que vão colocar os gastos que tiveram com a Proteção Civil, nomeadamente, aluguer de máquinas, reconstrução de muros que ruíram e equipamentos para os Bombeiros Voluntários. Informou, depois, que a candidatura tem um valor de quinhentos e trinta e sete mil euros, sendo financiada a sessenta por cento. Inicialmente tinham sido informados que iria ser financiada a cem por cento, mas depois, quando saiu a legislação, só foram aprovados os sessenta por cento. Disse, depois, que grande parte dos trabalhos a efetuar podem ser feitos por administração direta, aproveitando a mão-de-obra e equipamentos do Município, conseguindo dessa forma efetuar todos os trabalhos sem contribuir para o aumento do endividamento do Município. Explicou, depois, que o ponto nove da ordem de dia, concretamente o pedido de autorização à Assembleia Municipal para realização de obras por administração direta, tem a ver com o facto de a Lei prever que quando o valor da administração direta é superior a cento e cinquenta mil euros, carece da autorização da Assembleia Municipal. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e explicou aos Deputados Municipais, que o mais importante é gerir o dinheiro das candidaturas sem gastar mais dinheiro à autarquia. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra e comentou a importância da autarquia ter lançado um instrumento que permita ressarcir os prejuízos, lamentando de seguida o facto de os instrumentos colocados à disposição das autarquias não reconhecer perdas no âmbito dos corpos de Bombeiros, uma vez que os Bombeiros Municipais de Alfândega da Fé, no grande incêndio perderam uma viatura, e o valor atribuído foi de vinte e um mil euros. Informou, depois, os Deputados Municipais que após a realização de uma reunião com as autoridades competentes na matéria e após efetuarem um levantamento nacional sobre as viaturas perdidas no combate a incêndios florestais, os Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé foram contemplados com uma viatura nova a ser entregue no ano de dois mil e quinze. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e referiu que relativamente aos pontos estavam relativamente de acordo, enaltecendo ainda a possibilidade do ajuste direto para a execução das obras, uma vez que o programa não era participado a cem por cento, permitindo por outro lado a poupança de recursos financeiros. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto sete**, à votação, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a autorização prévia da Assembleia Municipal - Ação 2.3.2 - Ordenamento e Recuperação de Povoamentos – PRODER. -----

### 8. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: FUNDO DE EMERGÊNCIA MUNICIPAL;

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto oito**, à votação, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a autorização prévia da Assembleia Municipal: Fundo de Emergência Municipal. -----

### 9. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DE OBRA POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA, NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTº 18º DO DL 197/99, DE 8 DE JUNHO;

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto nove**, à votação, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o pedido de autorização à Assembleia Municipal para realização de obra por administração direta, nos termos do n.º 2 do art.º 18.º do DL 197/99, de 8 de junho. -----

### 10. APROVAÇÃO DA MODIFICAÇÃO N.º 6/ REVISÃO N.º 1 AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP'S) PARA O ANO DE 2014;

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que o ponto dez vem no seguimento dos pontos números, sete, oito e nove, e que servia para acomodar as verbas no Orçamento. Disse, ainda, que efetuaram uma prévia consulta à DGAL, cuja resposta veio no dia anterior à sessão da Assembleia Municipal, informando que não havia problemas sobre a inclusão dos programas nas contas do Orçamento. -----

----- A Senhora Deputado Susana Guerra usou da palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que a DGAL ainda não tinha enviado por escrito o parecer técnico, tendo existido contatos, com aquela entidade, que informou apenas que existe a intenção de aprovar essa acomodação nas contas do Município, pelo que, tendo conversado com a bancada do PSD/CDS-PP, propõe que se aprove o ponto dez de forma condicionada, até à chegada do parecer da DGAL. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e explicou aos Deputados Municipais que relativamente ao ponto sete, oito e nove, já têm por escrito essa aprovação, relativamente ao ponto número dez foi apenas confirmado por telefone essa aprovação da revisão, propondo a sua aprovação de forma condicionada ao parecer. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou os Deputados Municipais que a bom rigor da Lei o ponto dez não deveria ser votado, a não ser que exista comprometimento por parte dos Deputados Municipais em proceder à votação com esta condição resolutive tácita, de forma a evitar a realização de uma sessão da Assembleia Extraordinária, de forma a poderem votar o ponto dez. De seguida, questionou os Deputados Municipais sobre se existiria alguém que estivesse contra a votação do ponto dez. Não existindo nenhum Deputado Municipal que se opusesse, o Senhor Presidente da Mesa, colocou o ponto dez à votação. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto dez**, à votação, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a Modificação n.º 6/ Revisão n.º 1 ao Orçamento da Receita e da Despesa e Grandes Opções do Plano (GOP's) para o ano de 2014. -----

### **11. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS REFERENTES AOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA 19 POSTOS DE TRABALHO, CONCEDIDA NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/06/2013;**

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que é mais um exemplo de como algumas entidades não cumprem os prazos determinados por Lei. Continuou a sua explicação e disse que tinha a ver com o pessoal contratado que estava a terminar os seus contratos de trabalho. Disse, depois, que atualmente os Municípios encontram muitas condicionantes para abrir procedimentos concursais, e que este pedido de autorização é uma prorrogação de seis meses, para os procedimentos concursais poderem ter continuidade, referindo depois que se aguarda ainda o parecer favorável ou não, da DGAL, do Secretário de Estado da Administração Local e das Finanças, para poderem avançar. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra, referindo que estavam preocupados com a situação das pessoas que precisam do trabalho e da sua fonte de rendimento, contudo, questionou o Executivo, tendo em conta os fatores de endividamento, se acreditava que seria aprovado o pedido de abertura de procedimentos concursais para as pessoas, uma vez que vai aumentar os encargos com o pessoal. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Luís Terêncio que levaram o processo à reunião de Câmara atempadamente, pois sabiam que o processo era moroso, tendo os Senhores Vereadores da oposição votado contra por acharem prematuro, e que só deveriam fazer esse pedido depois das eleições autárquicas, relembrando que o PSD quando esteve na Câmara Municipal poderia ter resolvido desde logo a situação às pessoas visto que eram necessárias ao bom funcionamento do serviço. Disse, depois, que tem expectativa que venham aprovados, uma vez que os custos com este pessoal estão devidamente cabimentados. -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Mesa apelou aos Deputados Municipais para que possam fazer chegar um pedido ao Governo, para responder afirmativamente e atempadamente, pois diz tratar-se de um assunto muito sério que mexe na vida de dezanove pessoas. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto onze**, à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e seis membros presentes, com vinte e cinco votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, do Deputado Municipal Adriano Andrade, aprovar o pedido de autorização à Assembleia Municipal para prorrogação dos prazos referentes aos procedimentos concursais para 19 postos de trabalho, concedida na sessão ordinária de 30/06/2013. -----

### 12. PROVIMENTO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA EM REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇO POR TRÊS ANOS;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Deputados Municipais que este pedido de autorização para abrir um procedimento concursal, visa prover a Divisão Administrativa e Financeira de um chefe de Divisão em regime de Comissão de Serviço. Disse, depois, que enquanto o procedimento concursal não for realizado, a função é exercida pela Dr.<sup>a</sup> nomeada em regime de substituição. Disse, ainda, que este assunto vem à Assembleia Municipal da constituição do Júri que irá acompanhar o procedimento, conforme proposto pela Câmara: Dr. Fernando Peixinho, IPB; e os Vogais Efetivos Eng. Maria José Afonso Amaro, chefe da DO e o Prof. Francisco Jose Lopes, Diretor do Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé, vogais suplentes: Arq. Rui Gonçalves, chefe da DU e a Dr.<sup>a</sup> Conceição Pereira, Técnica Superior. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto doze**, à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e seis membros presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e três abstenções dos Deputados Municipais (Adriano Andrade; Pedro Morgado e António Emílio Herdeiro), aprovar o a constituição do Júri do procedimento concursal para o provimento do cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, em Regime de comissão de serviço por três anos, conforme proposto pela Câmara; -----

### 13. PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES NO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ;

----- A Senhora Presidente usou da palavra e pediu aos Deputados Municipais uma vez que já prestou algumas explicações sobre o assunto, que lessem o documento. A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos processos pendentes, conforme informação n.ºs 37 e 38/2014, datadas de 14/05/2014 e 15/05/2014, respetivamente. -----

### 14. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BAIXO SABOR – ADESÃO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e explicou aos Deputados Municipais que tinham um fundo do Baixo Sabor, que a EDP atribui aos Municípios que vão ficar com terrenos submersos por causa da barragem. A EDP tem de dar uma percentagem da produção de energia hidroelétrica, como as eólicas dão. Esse fundo estava para ser gerido pelo ICNF, mas como os Municípios contestaram, eles então delegaram algumas competências para a Associação de Municípios do Baixo Sabor, para gerirem os fundos. Contudo, com a mudança de Governo, deu-se a substituição da então diretora do ICNF, e agora estão a ser levantados alguns obstáculos aos Municípios para a gestão dos fundos. Eles estão a querer seguir um caminho que os municípios não concordam, que é usar todo o fundo disponível para a conservação ambiental. Disse, depois, que a EDP já tem algumas medidas de compensação e de minimização dos impactes ambientais e vai manter essas medidas ao longo de vários anos. Continuou a sua intervenção, dizendo que, para além das medidas de prevenção e proteção da natureza, também querem utilizar o fundo para promover o desenvolvimento sustentável, nomeadamente, medidas ligadas ao turismo e áreas sociais, de forma a dar resposta à criação de postos de trabalho. Disse, depois, que a atual direção do ICNF está a ser fundamentalista e não quer deixar os Municípios usar o dinheiro disponível no fundo para outras medidas para além da conservação da natureza. Disse, ainda, que defende que exista um equilíbrio sobre o desenvolvimento sustentável, entre a proteção do ambiente e o desenvolvimento, com a criação de postos de trabalho. Continuou a sua intervenção e falou que existe um estudo sobre a desertificação do território supervisionado pela ONU, que defende que as pessoas têm de ser protegidas, pois elas fazem parte do ecossistema, e

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

sem pessoas o ecossistema não fica protegido. Disse, ainda, que esse relatório privilegia o bem-estar das populações, o combate à pobreza e a fixação de populações. Perante este problema levantado pelo ICNF, falaram com a EDP, que os aconselhou a criarem uma Agência de Desenvolvimento, como foi criada no Tua. Esta Agência de Desenvolvimento vai ficar responsável pela gestão do fundo, ficando o ICNF com um papel consultivo. Assim, os Municípios ficaram com cinquenta e um por cento da gestão do fundo, e a EDP com quarenta e nove por cento, ficando o ICNF com apenas funções consultivas. -----

----- O Senhor Deputado Adriano Andrade solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal, questionando, de seguida, o Executivo, sobre a localização da sede da Agência de Desenvolvimento, tendo a Senhora Presidente da Câmara respondido que a sede será em Torre de Moncorvo, na Associação de Municípios do Baixo-Sabor. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto catorze**, à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e seis membros presentes, com vinte e quatro votos a favor, zero votos contra e duas abstenções dos Deputados Municipais Adriano Andrade e Iolanda Neves, aprovar a adesão e os estatutos da Agência de Desenvolvimento Regional do Baixo-Sabor. -----

### 15. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO MERCADO MUNICIPAL – APROVAÇÃO APÓS DECORRIDO O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e esclareceu os Deputados Municipais que não houve nenhuma alteração ao regulamento decorrido o período de discussão pública, pelo que a Lei impõe que volte a ser votado na Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e comentou que a sua bancada é contra a proposta de alteração do Regulamento Municipal do Mercado Municipal. Disse, depois, tendo em conta o que se comenta na comunicação social relativamente às coberturas dos telhados de edifícios com amianto, que o telhado do mercado municipal estava fora de validade dado que a cobertura era feita de amianto, o que poderia levar a um caso de saúde pública. Disse, depois, que existe outra obrigatoriedade de quem vende, que é a certificação energética das lojas, cujo custo ronda o valor de quatrocentos euros por loja. Disse, depois, que o Município não vai ter qualquer mais-valia com o negócio, uma vez que os encargos vão ser muito superiores ao montante de encaixe com as lojas. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Luís Terêncio que relativamente à questão da cobertura em fibro-cimento ainda não pediram nenhum orçamento, uma vez que vai existir um programa co-financiado para a retirada de coberturas dessa natureza. Informou, depois, os Deputados Municipais, que a cobertura de fibro-cimento da EB2.3/S de Alfândega da Fé, já foi retirada. Relativamente ao certificado energético, disse que, já foi tudo certificado, cada loja já tem o seu contador, estando a pagar a sua luz, o que não estava a ser feito antes. Informou depois, que o Mercado vai ser gerido como um condomínio. Comentou, depois, a constante crítica de alienarem património que dá prejuízo, uma vez que a oposição, apoia um Governo que vende património que dá lucro como os CTT e a participação na EDP. Disse, também, que a Associação Comercial e Industrial disse que estava a existir concorrência desleal, uma vez que as lojas tinham uma renda simbólica, ao contrário das outras lojas existentes em Alfândega da Fé, e isso criava problemas, referindo depois que esse é um problema que quer ver resolvido. Informou, de seguida que era intenção do Executivo neste mandato, criar uma incubadora de empresas. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra e disse que uma vez que não houve questões durante o período de discussão pública da alteração, vai votar a favor, respeitando no entanto quem tem opinião contrária à sua venda. Disse, depois, estar contra os argumentos apresentados pelo Deputado Luís Terêncio, porque a ser ou não vendidas as lojas, as obras têm de se realizar. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e referiu que independentemente dos argumentos que exemplificou, é uma forma de demonstrar que o Executivo vai ter de gastar lá dinheiro. Continuou a sua intervenção e propôs ao Executivo, uma vez que tem intenção de criar uma incubadora de empresas, que não venda a propriedade, e

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

que transforme antes o edifício numa incubadora, poupando muito dinheiro, uma vez que a previsão de custo para a criação de uma incubadora de empresa é de cerca de um milhão de euros. Propôs, ainda, que se transforme o edifício da EDEAF num condomínio. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio que a proposta dele significava um despejo das pessoas que lá estavam, não podendo ser exequível a sua proposta. Continuou a sua intervenção e disse que o Mercado Municipal nunca foi construído para servir de incubadora mas sim como ordenamento do comércio local. Relativamente ao pavilhão da EDEAF não vão despejar as pessoas. -----

----- A Senhora Deputada Susana Guerra questionou a Senhora Presidente da Câmara se o certificado energético é obrigatório mesmo com a venda ou aluguer do espaço, qual o preço do certificado energético para as lojas do Mercado Municipal. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu à Deputada Susana Guerra que quando chegaram à Câmara Municipal todos os edifícios da Câmara Municipal nenhum tinha certificação, estando ainda com contadores de obras. Ao longo do último mandato e deste, fizeram um enorme esforço para certificar quase todos os edifícios da Câmara Municipal, faltando a Casa da Cultura, não tendo no entanto conhecimento do dinheiro gasto com a certificação de todos os edifícios, comprometendo-se no entanto a fazer chegar essa informação aos Deputados Municipais. -----

----- O Senhor Presidente da Freguesia de Sambade Ricardo Pimentel solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção e esclareceu os Deputados Municipais, referindo fazer parte do bar do Centro Cultural, e que o bar tem um contador particular, que paga as faturas, pelo que esperava que parassem os comentários sobre possíveis ilegalidades no funcionamento do bar. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e recordou que na sessão da Assembleia Municipal de trinta de novembro de dois mil e treze fez uma intervenção no qual referiu que iria votar contra a alteração do Regulamento Municipal do Mercado Municipal, exprimindo a sua opinião de forma livre e espontânea, referindo que se a intenção do Município era livrar-se de encargos e gastos, com este modelo de gestão, com a criação de um condomínio, isto se não verificaria, uma vez, que o Município seria o maior condómino. Disse, depois, que achava que as lojas do Mercado Municipal não deveriam ser vendidas, uma vez que o Mercado Municipal foi construído a pensar na concentração de diversas lojas naquele local, e o Município daria o apoio necessário às pessoas para a instalação do seu negócio. Referiu, depois, que a sua opinião não mudou, realçando os artigos n.º 35.º e 36.º do documento, que referia a venda das lojas do Mercado Municipal, devolutas ou concessionadas. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto quinze**, à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e quatro membros presentes, com doze votos a favor, 10 votos contra dos Deputados Municipais (Nuno Miranda; Luís Terêncio; Susana Guerra; Adriano Andrade; Iolanda Neves; Carlos Pousado; Horácio Pinto e Pedro Morgado) e duas abstenções dos Deputados Municipais (Maria Paçô e Domitília Branco), aprovar a alteração ao Regulamento Municipal do Mercado Municipal. Verificou-se as ausências de dois Deputados Municipais, na altura da votação, sendo eles o Deputado Municipal Mário Lopes Legóinha e o Deputado Municipal António Pacheco. -----

### 16. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O QUADRIÉNIO 2013/2017;

----- O Senhor Vereador António Salgueiro solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção e esclareceu os Deputados Municipais que têm de validar uma lista de pessoas já pré – definidas para constituírem o Conselho Municipal de Educação para o quadriénio de 2013 / 2017, e a nomeação de um Presidente de Junta de Freguesia, apelando à apresentação de propostas de candidatos de Presidentes de Junta de Freguesia. -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Deputada Municipal Carla Franco solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal, informando, de seguida, os Deputados Municipais, que ambas as bancadas sugeriam a Presidente da União de Freguesias da Parada e Sendim da Ribeira, Ana Pereira, para o Conselho Municipal de Educação para o Quadriénio 2013/2017. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou os Deputados Municipais que os representantes das bancadas do PS e do PSD/CDS-PP chegaram a um acordo sobre a escolha de um Presidente da Junta de Freguesia para representação no Conselho Municipal de Educação para o Quadriénio 2013/2017, pelo que se prescindia da votação secreta, sendo deliberado, **por unanimidade**, designar a Presidente da União de Freguesias da Parada e Sendim da Ribeira, Ana Pereira.-----

### 17. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e explicou aos Deputados Municipais que tiveram de atualizar todos os membros pertencentes ao Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal. Disse, depois, que o antigo membro era o Presidente da Junta de Freguesia de Sambade, e apelava que se mantivesse, uma vez que a freguesia de Sambade tem uma enorme importância na conservação da fauna municipal. Informou, depois, que estão a apoiar mais os recursos de caça e pesca do concelho, tendo reunido com as várias associações, no sentido de atualizar o Conselho Cinegético Municipal. Disse, depois, que tiveram a visita de um especialista em criação de reservas de caça, que da análise feita pode constatar a diminuição significativa de coelhos e perdizes e o aumento de javalis e corços. Disse, ainda, que a reserva de caça prevista para a Eucísia está num estado avançado de conclusão, e Alfândega da Fé e Sambade, também estão a pensar em fazer uma reserva. -----

----- A Senhora Deputada Carla Franco usou da palavra e informou os Deputados Municipais que o nome proposto para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal era o Presidente da Junta de Freguesia de Sambade, Ricardo Pimentel. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou os Deputados Municipais que os representantes das bancadas do PS e do PSD/CDS-PP chegaram a um acordo sobre a escolha de um Presidente da Junta de Freguesia para representação no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, pelo que se prescindia da votação secreta, sendo deliberado, **por unanimidade**, designar o Presidente da Freguesia de Sambade, Ricardo Pimentel, o representante das Juntas de Freguesia no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal. -----

### 18. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, usou da palavra e esclareceu os Deputados Municipais que este Conselho ainda não estava constituído no concelho de Alfândega da Fé, sendo uma obrigatoriedade. Disse, depois, que este Conselho pode desempenhar funções importantes no âmbito do combate à criminalidade, sendo uma competência da Senhora Presidente da Câmara Municipal constituir o Conselho Municipal de Segurança. Contudo é da competência da Assembleia Municipal elaborar o Regulamento e aprova-lo. Informou, depois, que traziam uma proposta do regulamento a ser presente na sessão da Assembleia Municipal, estando aberto a sugestões e comentários que os Deputados Municipais queiram prestar ou melhorar. Enunciou, depois, os principais objetivos do Conselho Municipal de Segurança, referindo que a Lei refere quem deve pertencer aquele Conselho. Continuou a sua intervenção, e referiu os membros a constituir o Conselho, consignados na proposta inicial, sendo eles: Presidente do conselho – Presidente da Câmara Municipal; Vereador do Pelouro da Proteção Civil; Presidente da Assembleia Municipal; Presidentes de Junta de Freguesia a designar pela Assembleia Municipal; o representante do Ministério Público da Comarca; o Comandante da GNR na área do Município; o Comandante do GIPS; o Comandante dos BV de Alfândega da Fé; um representante da Segurança Social; um representante da Associação Comercial e Industrial de Alfândega da Fé; o Diretor do Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé; um representante da CPCJ de Alfândega da Fé; e um grupo de cidadãos de reconhecida idoneidade, não superior a vinte cidadãos. Disse, depois, que se a proposta for aceite todos os membros designados terão

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

de tomar posse na futura sessão da Assembleia Municipal a realizar no mês de junho. Depois de tomarem posse os membros terão de aprovar o regulamento e só depois voltará à Assembleia Municipal para nova aprovação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa falou sobre a consignação de um grupo de cidadãos a serem escolhidos pela Assembleia Municipal, pelo que não seria fácil a elaboração de um conjunto de nomes a apresentar em tão pouco tempo. --

----- A Senhora Presidente da Câmara sugeriu que a Assembleia Municipal elaborasse uma lista de nomes e depois eles só tomariam posse na próxima sessão da Assembleia Municipal, sendo o documento votado e depois a lista dos nomes ficaria para mais tarde. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra e propôs que o grupo de cidadãos fosse de sete e que fossem incluídos os Presidentes das IPSS do concelho de Alfândega da Fé. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e concordou com o Vice-Presidente da Câmara, que defendia a restrição do número de cidadãos. Disse, depois, que concordava que se votasse o documento e depois se escolheriam as pessoas a integrarem o Conselho. Sugeriu ainda, a integração neste concelho dos párocos uma vez que têm um conhecimento real da comunidade. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto **dezoito**, à votação, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a constituição do Conselho Municipal de Segurança, com a salvaguarda do grupo de cidadãos de reconhecida idoneidade e o respetivo regulamento. -----

### 19. ADESÃO À RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais, tratar-se de uma proposta de um AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, incluindo Bragança, Douro Superior, Salamanca e Zamora), que pretende candidatar o território transfronteiriço a uma figura da UNESCO que se chama Reserva da Biosfera. Disse, depois, que muito embora existam várias reservas, esta seria a maior da Europa, funcionando apenas como uma marca, não impondo condições nem restrições. O território compreende e mantém os Parques Naturais de Montesinho, Sanábria e Douro Internacional, compreende ainda a Rede Natura 2000, contendo ainda zonas tampão e zonas de transição. Disse, ainda, que é uma marca que a UNESCO classifica como zona ambiental de qualidade. Informou, depois, que a UNESCO não dá esta marca se existirem conflitos entre as populações e a reserva. Disse, ainda que a Comunidade Intermunicipal vai reunir com o Ministro do Ambiente de forma a se poderem alterar os regulamentos do Parque de Montesinho e Douro Internacional, devido à existência de conflitos com a população residente, dadas as restrições existentes. Esta marca a ser referenciada pela UNESCO pode ser muito benéfica a nível de turismo, direcionando esse turismo para promover o concelho no âmbito de turismo de natureza e promoção dos produtos locais. O único problema são as restrições nos Parques Naturais, relativamente aos quais os Presidentes de Câmara solicitaram ao Ministro do Ambiente uma reunião para tentar solucionar esse problema. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto **dezanove**, à votação, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a adesão à Reserva da Biosfera Transfronteiriça. -----

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não existiram inscrições por parte do público. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

S.



R.

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

---

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

---

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

---

(Domitila de Fátima Morais Branco)